



PROCESSO	: 2023 09060 000608
UNIDADE GESTORA	: 09060 – Procuradoria-Geral do Estado
EXERCÍCIO FINANCEIRO	: 2022
ASSUNTO	: Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA	: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 40/2023/PCA/CGE SGD N° 2023 09049 000767

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do inciso XII, do artigo 3°, da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual n° 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2022, da Procuradoria-Geral do Estado, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta, prevista no art. 9° da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2023.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade do servidor **Osmar Bessa da Silva** – Contador.

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – MG-068749/O-9 T-TO, conforme certidão, às fls. 17.





2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 67 a 185, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2022, determinou como crédito inicial para a Procuradoria-Geral do Estado o valor de R\$ 179.984.064,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, sessenta e quatro reais), sendo o valor autorizado de R\$ 206.813.187,22 (duzentos e seis milhões, oitocentos e treze mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 74.

2.2.1.1 Receita Realizada

No exercício de 2022, houve receita arrecadada no valor de R\$ 2.883.012,75 (dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, doze reais e setenta e cinco centavos), referente à remuneração de depósitos bancários, outras restituições e outras receitas não arrecadas e não projetadas pela RFB, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 71.

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica que mesmo sem previsão, houve arrecadação de R\$ 2.883.012,75 (dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, doze reais e setenta e cinco centavos), conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	0,00	2.883.012,75	-
Receitas de Capital	0,00	0,00	-
TOTAL	0,00	2.883.012,75	-

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 sem Fonte por UG





FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
500 – Recursos Não Vinculados de Impostos	0,00	2.883.012,75	-
TOTAL	0,00	2.883.012,75	-

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual de 98,72%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	205.652.832,22	203.007.990,08	98,71
Despesas de capital	1.160.355,00	1.148.750,00	99,00
TOTAL	206.813.187,22	204.156.740,08	98,72

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
500 – Recursos Não Vinculados de Impostos	206.813.187,22	204.156,740,08	98,71
TOTAL	206.813.187,22	204.156,740,08	98,71

FONTE: Siafe-TO - Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas, para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 68 e 69, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizado até 31/12/2022 foi de R\$ 323.492,02 (trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dois centavos), que equivale aproximadamente a 0,16% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 204.156.740,08 (duzentos e quatro milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e oito centavos).





2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Procuradoria-Geral do Estado foi de R\$ 179.984.064,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e sessenta e quatro reais), sendo suplementado o valor de R\$ 103.283.252,22 (cento e três milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), e reduzido o valor de R\$ 76.454.129,00 (setenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e nove reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 206.813.187,22 (duzentos e seis milhões, oitocentos e treze mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme Balancete, às fls.146 e 147.

O limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares da Procuradoria-Geral do Estado, excluindo as exceções do Parágrafo Único Lei Orçamentária Anual de 2022 - LOA (pessoal e seus encargos, à amortização da dívida e seus encargos, precatórios judiciais, convênios, contrapartidas, operações de créditos e as ações e serviços públicos de saúde) estão dentro dos limites autorizados na LOA que é de 30% (trinta por cento) em cada esfera fixada, conforme Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 77 e 78, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 201.273.727,33 (duzentos e um milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e as Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, às fls. 81 a 84, o resultado gerou um déficit efetivo de R\$ 111.548.791,53 (cento e onze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos), representando 54,63% da execução da despesa total, tendo sido emitido justificativa em nota explicativa, às fls. 499 e 500, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizada	2.883.012,75
Despesas Executadas	204.156.740,08
Déficit	- 201.273.727,33
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	90.219.748,67
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	494.812,87
Saldo das Transferências	89.724.935,80
Déficit	-201.273.727,33
Déficit Efetivo	-111.548.791,53





2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 2.883.012,75 (dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, doze reais e setenta e cinco centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 221.774.855,27 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 18.799.227,21 (dezoito milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 34.232.522,15 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 204.156.740,08 (duzentos e quatro milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e oito centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 494.835,26 (quatrocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos), os pagamentos extraorçamentários, no valor de R\$ 3.745.711,08 (três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze reais e oito centavos), restando saldo de R\$ 69.292.330,96 (sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 81 a 84.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 86 e 87, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, de curto e longo prazo, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em R\$ 59.423.651,16 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante, composto pelo imobilizado, no valor de R\$ 24.708.939,88 (vinte e quatro milhões, setecentos e oito mil, novecentos e trinta e nove reais





e oitenta e oito centavos) é menor que o Passivo Não Circulante, representado por Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo e Fornecedores a Longo Prazo, na importância de R\$ 497.201.995,79 (quatrocentos e noventa e sete milhões, duzentos e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), que são referentes a Precatórios inscritos mediante relação anual repassada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, tendo sido informado em Nota Explicativa, às fls. 176 a 185;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 90, demonstra um superávit financeiro de R\$ 60.679.389,38 (sessenta milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 80.252.741,37 (oitenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos), com o Passivo Financeiro, no valor de R\$ 19.573.351,99 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), conforme fls. 88.

IV) Os bens patrimoniais móveis e imóveis estão registrados no imobilizado, às fls.158 e 159, no valor total de R\$ 24.708.939,88 (vinte e quatro milhões, setecentos e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), sendo R\$ 4.364.057,32 (quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos) referente a bens móveis, e R\$ 21.888.882,32 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), referente a bens imóveis, deduzida a depreciação no valor de R\$ 1.543.999,76 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), havendo divergência com o SIGA - Patrimônio, às fls. 187, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls.183;

V) A conta contábil “Estoques”, às fls.158, apresenta saldo no valor de R\$ 84.328,43 (oitenta e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), que não confere com a posição física do SIGA e financeira do material em estoque, às fls. 207, não informado em Nota Explicativa, às fls.183;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 157, registra saldo no valor total de R\$ 354.137,14 (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e sete reais e quatorze centavos), que confere com o Balanço Financeiro e com o Demonstrativo Caixa e Equivalente de Caixa, às fls. 175.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, compreendendo a soma dos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete, às fls. 134 e com a conciliação bancária, às fls. 273 e 413, conforme discriminação abaixo:

- R\$ 22.205,94 (vinte e dois mil, duzentos e cinco reais e noventa e quatro centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);





- R\$ 331.931,20 (trezentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos) conta Limite de saque com vinculação de pagamento;

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 87, totalizam um saldo de R\$ 20.922.462,90 (vinte milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) As contas do Passivo Não Circulante, às fls. 87, apresentam um saldo de R\$ 497.201.995,79 (quatrocentos e noventa e sete milhões, duzentos e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), proveniente de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo e Fornecedores a Longo Prazo.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Procuradoria-Geral do Estado, apresenta no Balanço Patrimonial, no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanente, às fls. 88, um saldo no exercício atual de R\$ 498.758.138,46 (quatrocentos e noventa e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), no passivo permanente, sendo que deste valor, R\$ 497.231.740,42 (quatrocentos e noventa e sete milhões, duzentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos) são referentes a Precatórios que são inscritos mediante relação anual repassada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, já os demais valores tratam-se da Folha de Pagamento e de Fornecedores, conforme informado em Nota Explicativa, às fls. 176 a 185.

Verifica-se ainda, que o valor de R\$ 1.525.034,96 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário), às fls. 95, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2022, elevando a despesa executada de R\$ 204.156.740,08 (duzentos e quatro milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e oito centavos), para R\$ 205.681.775,04 (duzentos e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), incluindo esses passivos no exercício, tendo sido informado em nota explicativa, às fls.182.

No exercício anterior, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 1.547.633,14 (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e quatorze centavos), havendo cancelamento, no exercício de 2022, no valor de R\$ 21.235,10 (vinte e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos), resultando em uma redução da dívida, às fls. 95, passando para o exercício seguinte o montante de





R\$ 1.525.034,96 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) registrados no passivo permanente reconhecidos com atributo “P”.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 228.178.175,43 (duzentos e vinte e oito milhões, cento e setenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 300.003.877,92 (trezentos milhões, três mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 71.825.702,49 (setenta e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e dois reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrado, às fls. 94.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 69.292.330,96 (sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos), às fls.128 e 129.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 35.059.808,81 (trinta e cinco milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e oito reais e oitenta e um centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 36.514.841,21 (trinta e seis milhões, quinhentos e quatorze mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos) e das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 1.455.032,40 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trinta e dois reais e quarenta centavos), que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 34.232.522,15 (trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos), resultou em um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 69.292.330,96 (sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrado, às fls. 128 e 129.

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, no valor de R\$ 18.622.719,86 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos), deste montante, R\$ 18.415.688,10 (dezoito milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dez centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 207.031,76 (duzentos e sete mil, trinta e um reais e setenta e seis centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls.81.





b) Registra-se um montante de R\$ 889.161,66 (oitocentos e oitenta e nove mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos) inscritos em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 79, do qual foi liquidado R\$ 850.381,01 (oitocentos e cinquenta mil, trezentos e oitenta e um reais e um centavo), pago R\$ 826.974,61 (oitocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos) e cancelado R\$ 15.374,25 (quinze mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), restando ainda um saldo de R\$ 23.406,40 (vinte e três mil, quatrocentos e seis reais e quarenta centavos), não sendo justificado em Nota Explicativa, às fls. 503.

c) Do montante de R\$ 4.149.166,05 (quatro milhões, cento e quarenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e cinco centavos) inscritos em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 80, foi pago R\$ 2.742.229,12 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e doze centavos) e cancelado R\$ 479.711,20 (quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e onze reais e vinte centavos), restando um saldo R\$ 927.225,73 (novecentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), não sendo informado em Nota Explicativa.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 18 a 37, consoante disposições do art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições para a **Procuradoria-Geral do Estado**, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das ações do Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo, estabelecidos na Lei Estadual nº 3.842/2021, que instituiu o plano Plurianual, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843/2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações de gestão financeira, conforme demonstrados a seguir.

3.1 Ações de Gestão

A execução das ações de gestão associadas ao Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, envolvendo um total de 09 (nove) ações orçamentárias de Gestão Financeira, representando um orçamento autorizado de R\$ 206.813.187,22 (duzentos e seis milhões e oitocentos e treze mil e cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 98,71% de





execução, conforme quadro abaixo e demonstrativos, às fls. 26 a 34.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
2180	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	520.000,00	1.966.899,00	2.486.899,00	2.316.983,24	2.136.003,10	93,17	85,89
2216	Manutenção de serviços de transporte	253.200,00	35.656,08	288.856,08	285.245,56	265.685,70	98,75	91,98
2290	Manutenção de recursos humanos	45.128.958,00	3.651.983,95	48.780.941,95	48.694.668,93	48.694.668,93	99,82	99,82
6028	Pagamento decorrente de precatórios	131.555.106,00	-18.041.884,00	113.513.222,00	113.029.263,61	113.029.263,61	99,57	99,57
6030	RPV – Requisição de Pequeno Valor	80.800,00	19.311.198,49	19.391.998,49	19.344.473,83	19.344.293,83	99,75	99,75
6031	Decisões judiciais diversas	5.900,00	16.144.378,55	16.150.278,55	16.145.192,83	16.145.192,83	99,97	99,97
6032	Pensões indenizatórias	450.000,00	194.726,04	644.726,04	637.411,77	637.411,77	98,87	98,87
6035	Pagamento de acordos judiciais	100,00	2.233.765,76	2.233.865,76	2.233.865,76	2.233.865,76	100,00	100,00
2215	Manutenção de serviços de informática	1.990.000,00	1.332.399,35	3.322.399,35	1.469.634,55	1.463.322,79	44,23	44,04
Total do Programa		179.984.064,00	26.829.123,22	206.813.187,22	204.156.740,08	203.949.708,32	98,71	98,61

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

a) As ações 2180, 2216, 2290, 6028, 6030, 6031, 6032 e 6035 apresentaram bom desempenho financeiro de 93,17%, 98,75%, 99,82%, 99,57%, 99,75%, 99,96%, 98,86 e 100%, respectivamente, conforme demonstrativos, às fls. 26 e 28 a 34.

b) Observa-se que ação 2215, apresentou regular execução orçamentária/financeira de 44,23% para o exercício de 2022, conforme demonstrativo, às fls. 27.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERES

No que concerne à Procuradoria-Geral do Estado, não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado Anexo 10, às fls. 71, assim como não houve recursos concedidos a municípios e a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra anexo 2, às fls. 68 e 69.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Procuradoria-Geral do Estado, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 5 (cinco)





processos, sendo concernentes à adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequações, tendo ainda, a Controladoria, dedicado-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que não houve fiscalização pelos órgãos de controle externo na Procuradoria-Geral do Estado no exercício em análise, conforme declarado, às fls. 467.

7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho foi informado pela Procuradoria-Geral do Estado, como demonstrado, às fls. 415, um quantitativo de 301 (trezentos e um) servidores, sendo 67 (sessenta e sete) servidores efetivos, 113 (cento e treze) comissionados, 45 (quarenta e cinco) efetivos comissionados, 9 (nove) efetivos com função comissionada, 62 (sessenta e dois) contratos temporários, 1 (um) requisitado e 5 (cinco) desligados, conforme folha de pagamento do mês de dezembro de 2022.

Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2022, às fls. 418 a 420, informou-se a admissão de 69 (sessenta e nove) servidores, sendo 7 (sete) por meio de concurso e 62 (sessenta e dois) por meio de contratos temporários.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Kledson de Moura Lima, Irana de Sousa Coelho Aguiar e outros** relacionados neste processo, às fls. 05, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.5; 2.2.3 alínea "b" IV e V; 2.2.3.1 e 2.2.6 alíneas "b" e "c"**, deste relatório.



CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias
Av. NS-2, Prédio I, S/N, Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
gab.executivo@cge.to.gov.br
www.to.gov.br/cge

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente

Sandra Maria Branco de Souza
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Renata Maria Gouvêa Martins
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Meire Gomes de Oliveira
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Monnike da Costa Rebouças
Gerente de Auditoria em Governança e
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção a Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 21/02/2023.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

